



1 Às nove horas do dia nove de agosto de dois mil e dezesseis, na sede do Tribunal de Contas
2 dos Municípios do Estado do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da Silva
3 Nunes", sob a Presidência do Conselheiro **CEZAR COLARES**; presentes os Conselheiros,
4 **ALOÍSIO CHAVES, DANIEL LAVAREDA, MARA LÚCIA e ANTÔNIO JOSÉ GUIMARÃES**;
5 e o Conselheiro Substituto **ALEXANDRE CUNHA**, nos termos da Portaria nº 0936/16;
6 ausência justificada do Conselheiro **JOSÉ CARLOS ARAÚJO**; presença da Procuradora do
7 Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará, **MARIA INEZ GUEIROS**;
8 reuniu-se o Egrégio Colegiado do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em
9 Sessão Ordinária realizada nos termos do Artigo 24 do Regimento Interno desta Corte. Houve
10 votação e aprovação das Atas das Sessões nº's 036 e 040/2016. Em sequência, apresentada a
11 **PAUTA DE JULGAMENTOS**, momento em que foram anunciados os processos: **Processo nº**
12 **80022004-00; Câmara Municipal de Ananindeua; Prestação de Contas - 2004;**
13 **Responsável: Francisco das Chagas Silva Melo Filho; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério**
14 **Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relatora: Conselheira Rosa Hage, com Pedido de**
15 **Vista ao Conselheiro Antônio José Guimarães, na sessão de 26.11.15; Publicado no DOE nº**
16 **º 33.185, de 05.08.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Antônio José
17 Guimarães proferiu seu **VOTO VISTA**: *"pela regularidade das contas, com ressalva, e aplicação de*
18 *multa R\$-2.520,00 (dois mil, quinhentos e vinte reais) pela remessa intempestiva do RGF do 3º*
19 *quadrimestre". Em votação:* na Sessão do dia 04.06.2009, a Conselheira Rosa Hage proferiu
20 seu **VOTO**: *"pela não aprovação das contas, com recolhimento relativo ao RGF e encaminhamento dos*
21 *autos ao Ministério Público do Estado".* Em seguida, o Conselheiro Daniel Lavareda acompanhou a
22 Conselheira Relatora, porém acrescentou, com base no Artigo 56 da LC 25/94, a multa no
23 valor de R\$-30.000,00 (trinta mil reais) correspondente ao dano causado ao Erário pela
24 ausência de processo licitatório e pela falta de razoabilidade no pagamento das diárias, no que
25 foi acompanhado pelo Conselheiro Substituto Alexandre Cunha. A Conselheira Mara Lúcia
26 pediu VISTA dos autos. Na Sessão do dia 26.11.2015, a Conselheira Mara Lúcia proferiu seu
27 **VOTO VISTA**: *"acompanho parcialmente o entendimento declinado pela Ilustre Conselheira Relatora,*
28 *mantendo, pontualmente, como falha de natureza grave, o descumprimento do art. 29-A, da CF/88,*
29 *bem como as falhas formais pela não apropriação integral dos encargos patronais no exercício (art. 50,*
30 *II, da Lei nº 101/2000) e remessa intempestiva do RGF do 3º Quadrimestre (art. 5º, I, da Lei nº*
31 *10.028/2000), conduzindo meu voto pela não aprovação da prestação de contas e aplicação de multa,*
32 *no percentual de 5% (cinco por cento), sobre os vencimentos do Ordenador, totalizando R\$-2.520,00*
33 *(dois mil, quinhentos e vinte reais), deixando, assim, de acompanhar a Relatora às demais falhas*
34 *apontadas, nos termos declinados".* O Conselheiro Antônio José pediu **VISTA** dos autos, seguido
35 pelo Conselheiro Aloísio Chaves e pelo Conselheiro Cezar Colares (**VISTA CONJUNTA DOS**
36 **AUTOS**). Na presente Sessão, após o **VOTO VISTA** proferido pelo Conselheiro Antônio José
37 Guimarães, os autos foram encaminhados aos Conselheiros, Aloísio Chaves e Cezar Colares,
38 em razão do pedido de **VISTA CONJUNTA**. Presidência do Conselheiro Cezar Colares.



39 **Processo nº 201608165-00; Prefeitura Municipal de Jacareacanga; TAG - 2016;**
40 **Responsável: Raulien Oliveira de Queiroz (Prefeito); Ministério Público: Procuradora Geral**
41 **Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves; Publicado no DOE nº 0**
42 **33.185, de 05.08.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Relator submeteu
43 a homologação do Pleno o Termo de Ajuste de Gestão – TAG, conforme dispõe o Artigo 152,
44 do RI/TCM/Pa. A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão: O**
45 **Plenário, à unanimidade**, decidiu homologar o Termo de Ajuste de Gestão – TAG,
46 apresentado (Resolução nº 12.612). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por
47 ocasião da votação, dos Conselheiros, Daniel Lavareda e Mara Lúcia. **Processo nº**
48 **201607971-00; Prefeitura Municipal de Monte Alegre; TAG - 2016;** Responsável:
49 **Arinos de Brito Chaves (Prefeito); Ministério Público: Procuradora Geral Elisabeth Salame da**
50 **Silva; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves; Publicado no DOE nº 33.185, de 05.08.2016.**
51 Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Relator submeteu a homologação do Pleno o
52 Termo de Ajuste de Gestão – TAG, conforme dispõe o Artigo 152, do RI/TCM/Pa. A matéria foi
53 colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**,
54 decidiu homologar o Termo de Ajuste de Gestão – TAG, apresentado (Resolução nº 12.613).
55 Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, dos Conselheiros,
56 Daniel Lavareda e Mara Lúcia. **Processo nº 201608200-00; Prefeitura Municipal de**
57 **Medicilândia; TAG - 2016;** Responsável: Nilson Daniel (Prefeito); Ministério Público:
58 **Procuradora Geral Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves; Publicado**
59 **no DOE nº 33.185, de 05.08.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro
60 Relator submeteu a homologação do Pleno o Termo de Ajuste de Gestão – TAG, conforme
61 dispõe o Artigo 152, do RI/TCM/Pa. A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência
62 proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu homologar o Termo de Ajuste de
63 Gestão – TAG, apresentado (Resolução nº 12.614). Presidência do Conselheiro Cezar Colares.
64 Ausência, por ocasião da votação, dos Conselheiros, Daniel Lavareda e Mara Lúcia. **Processo**
65 **nº 201607947-00; Câmara Municipal de Curuá; TAG - 2016;** Responsável: Diego
66 **Pereira de Araújo (Presidente); Ministério Público: Procuradora Geral Elisabeth Salame da**
67 **Silva; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves; Publicado no DOE nº 33.185, de 05.08.2016.**
68 Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Relator submeteu a homologação do Pleno o
69 Termo de Ajuste de Gestão – TAG, conforme dispõe o Artigo 152, do RI/TCM/Pa. A matéria foi
70 colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**,
71 decidiu homologar o Termo de Ajuste de Gestão – TAG, apresentado (Resolução nº 12.615).
72 Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, dos Conselheiros
73 Mara Lúcia e Daniel Lavareda. **Processo nº 201607977-00; Fundo Municipal de**
74 **Assistência Social de Salvaterra; Pedido de Revisão** contra a decisão contida no
75 **Acórdão nº 29.113, de 07/06/2016;** Responsável: Cirlene Oliveira de Araújo; Instrução: 5ª
76 **Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Elisabeth Salame da Silva; Relator:**



77 Conselheiro Daniel Lavareda; Advogado: Elvis Ribeiro da Silva (OAB/Pa 12.114); **Publicado**
78 **no DOE nº 33.185, de 05.08.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro
79 Relator submeteu ao Plenário sua proposta de insubsistência do Acórdão nº 29.113/16,
80 declarando sua nulidade, bem como dos atos subsequentes que dele dependam, ou que sejam
81 consequência, determinando que o processo seja remetido de volta ao Gabinete da
82 Conselheira Relatora. Presença do Procurador do Ordenador em Plenário, Sr. Elvis Ribeiro da
83 Silva (OAB/Pa 12.114). A matéria foi colocada **em discussão.** A Presidência proclamou a
84 **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu homologar a insubsistência do Acórdão nº
85 29.113/16, declarando sua nulidade, bem como dos atos subsequentes que dele dependam,
86 ou que sejam consequência, determinando que o processo seja remetido de volta ao Gabinete
87 da Conselheira Relatora (Resolução nº 12.616). Presidência do Conselheiro Cezar Colares.
88 **Processo nº 201512407-00; Fundo Municipal de Saúde de Pacajá; Pedido de**
89 **Revisão** contra a decisão contida no Acórdão nº 22.499 (Exame de Admissibilidade com
90 pedido de efeito suspensivo); Responsável: Edmir José da Silva; Instrução: 3ª Controladoria;
91 Ministério Público: Procuradora Geral Elisabeth Salame da Silva; Relatora: Conselheira Mara
92 Lúcia; Advogado: Alano Luiz Queiroz Pinheiro (OAB-PA 10.826); **Publicado no DOE nº**
93 **33.185, de 05.08.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, a Conselheira Mara Lúcia
94 submeteu ao Plenário **preliminar** de inadmissibilidade do Pedido de Revisão. A matéria foi
95 colocada **em discussão.** **Em votação:** o Conselheiro Daniel Lavareda divergiu da Relatora e
96 apresentou ao Plenário preliminar de admissibilidade do Pedido de Revisão, com modulação
97 dos efeitos. Os Conselheiros, Aloísio Chaves, Cezar Colares e Sérgio Leão, acompanharam a
98 divergência apresentada pelo Conselheiro Daniel Lavareda. O Conselheiro Antônio José
99 Guimarães acompanhou a Conselheira Relatora, na íntegra. A Presidência proclamou a
100 **Decisão:** O Plenário, **por maioria,** decidiu pela admissibilidade do Pedido. Vencidos os
101 Conselheiros, Mara Lúcia e Antônio José Guimarães. Em seguida, a Conselheira Mara Lúcia
102 submeteu ao Plenário seu **VOTO de mérito,** concedendo efeito suspensivo ao Pedido, nos
103 termos do Art. 272 do RI/TCM/Pa. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à**
104 **unanimidade,** decidiu homologar o pedido de efeito suspensivo ao pedido de Revisão
105 interposto (Resolução nº 12.617). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº**
106 **201607415-00; Fundo Municipal de Educação de Ipixuna do Pará; Agravo de**
107 **Instrumento** contra a decisão contida no Acórdão nº 28.848, de 31.03.2016, decorrente de
108 Pedido de Revisão; Responsável: Doralice Arruda de Brito; Relator: Conselheiro Antônio José
109 Guimarães; **Publicado no DOE nº 33.185, de 05.08.2016.** Cumprindo dispositivo
110 regimental, o Conselheiro Antônio José Guimarães submeteu ao Plenário sua proposição de
111 não conhecimento do Agravo, nos termos do parágrafo único, do Art. 268 do RI/TCM/Pa. A
112 matéria foi colocada **em discussão.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à**
113 **unanimidade,** decidiu homologar a decisão do Conselheiro Relator pelo não conhecimento do
114 Agravo (Acórdão nº 29.214). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião



115 da votação do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201607753-00; Prefeitura**
116 **Municipal de Alenquer; Pedido de Revisão** contra a decisão contida na Resolução nº
117 11.975 (Exame de Admissibilidade com pedido de efeito suspensivo); Responsável: João
118 Damasceno Filgueiras; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº 33.185, de**
119 **05.08.2016.** Retirado de Pauta. **Processo nº 201607751-00; Prefeitura Municipal de**
120 **Alenquer; Pedido de Revisão** contra a decisão contida na Resolução nº 11.980 (Exame de
121 Admissibilidade com pedido de efeito suspensivo); Responsável: João Damasceno Filgueiras;
122 Relator: Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº 33.185, de 05.08.2016.** Retirado
123 de Pauta. **Processo nº 201607752-00; Prefeitura Municipal de Alenquer; Pedido de**
124 **Revisão** contra a decisão contida na Resolução nº 11.692 (Exame de Admissibilidade com
125 pedido de efeito suspensivo); Responsável: João Damasceno Filgueiras; Relator: Conselheiro
126 Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº 33.185, de 05.08.2016.** Retirado de Pauta. **Processo**
127 **nº 201608917-00 (250022012-00); Câmara Municipal de Chaves; Pedido de**
128 **Revisão** contra a decisão contida no Acórdão nº 28.578 (Exame de Admissibilidade com
129 pedido de efeito suspensivo); Responsável: Vivaldo Macedo de Abreu Ferreira; Relator:
130 Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº 33.185, de 05.08.2016.** Cumprindo
131 dispositivo regimental, o Conselheiro Sérgio Leão submeteu ao Plenário preliminar de efeito
132 suspensivo ao Pedido, nos termos do Art. 272 do RI/TCM/Pa. A matéria foi colocada **em**
133 **discussão.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu
134 homologar o efeito suspensivo ao Pedido de Revisão interposto (Resolução nº 12.618).
135 Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 2822122005-00 (201508061-**
136 **00); Fundo Municipal de Saúde de Curralinho; Pedido de Revisão** contra a decisão
137 contida no Acórdão nº 24.922 (Exame de Admissibilidade com pedido de efeito suspensivo);
138 Responsável: Haroldo Gonçalves da Costa; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; Advogado:
139 Hamilton Guedes (OAB-Pa nº 3110); **Publicado no DOE nº 33.185, de 05.08.2016.**
140 Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Sérgio Leão submeteu ao Plenário preliminar
141 de efeito suspensivo ao Pedido, nos termos do Art. 272 do RI/TCM/Pa. A matéria foi colocada
142 **em discussão.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu
143 homologar o efeito suspensivo ao Pedido de Revisão interposto (Resolução nº 12.619).
144 Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 214192010-00 (201604093-00);**
145 **Fundo Municipal de Assistência Social de Cametá; Pedido de Revisão** contra a decisão
146 contida no Acórdão nº 25.996 (Exame de Admissibilidade com pedido de efeito suspensivo);
147 Responsável: José Waldoli Filgueira Valente; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; Advogado:
148 Rodrigo Abenassiff Ferreira Maia (OAB-Pa 18.368); **Publicado no DOE nº 33.185, de**
149 **05.08.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Sérgio Leão submeteu ao
150 Plenário preliminar de efeito suspensivo ao Pedido, nos termos do Art. 272 do RI/TCM/Pa. A
151 matéria foi colocada **em discussão.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à**
152 **unanimidade**, decidiu homologar o efeito suspensivo ao Pedido de Revisão interposto



153 (Resolução nº 12.620). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 540012006-**
154 **00; Prefeitura Municipal de Ourém; Prestação de Contas – 2006;** Responsável:
155 Raimundo Zoé de Jesus Saavedra; Instrução: 6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora
156 Geral Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves; **Publicado no DOE nº**
157 **33.185, de 05.08.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
158 posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas, com recolhimento,
159 aplicação de multa, e encaminhamento da cópia dos autos ao Ministério Público de Estado. A
160 matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência
161 proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas,
162 com recolhimento, e encaminhamento da cópia dos autos ao Ministério Público de Estado. **Por**
163 **maioria**: com aplicação de multas (Resolução nº 12.621). Presidência do Conselheiro Cezar
164 Colares. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da aplicação das multas.
165 Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Sérgio Leão. **Processo nº 1380012012-**
166 **00; Prefeitura Municipal de Nova Ipixuna; Prestação de Contas – 2012 (Contas de**
167 **Governo);** Responsável: Edison Raimundo Alvarenga; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério
168 Público: Procuradora Geral Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda;
169 **Publicado no DOE nº 33.185, de 05.08.2016.** Retirado de Pauta. **Processo nº**
170 **1380012012-00; Prefeitura Municipal de Nova Ipixuna; Prestação de Contas - 2012**
171 **(Contas de Gestão);** Responsável: Edison Raimundo Alvarenga; Instrução: 5ª Controladoria;
172 Ministério Público: Procuradora Geral Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Daniel
173 Lavareda; **Publicado no DOE nº 33.185, de 05.08.2016.** Retirado de Pauta. **Processo nº**
174 **1170012011-00; Prefeitura Municipal de Nova Esperança do Piriá; Prestação de**
175 **Contas – 2011 (Contas de Governo);** Responsável: Antônio Nilton Albuquerque; Instrução:
176 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Elisabeth Salame da Silva; Relator:
177 Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº 33.185, de 05.08.2016.** Cumprindo
178 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
179 manifestou-se pela emissão de parecer prévio pela irregularidade das contas. A matéria foi
180 colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou
181 a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio pela
182 irregularidade das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público
183 Estadual (Resolução nº 12.622). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por
184 ocasião da votação, do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 1170012011-00;**
185 **Prefeitura Municipal de Nova Esperança do Piriá; Prestação de Contas – 2011**
186 **(Contas de Gestão);** Responsável: Antônio Nilton Albuquerque; Instrução: 1ª Controladoria;
187 Ministério Público: Procuradora Geral Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Sérgio
188 Leão; **Publicado no DOE nº 33.185, de 05.08.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o
189 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade
190 das contas, com aplicação de multa, e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério



191 Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu
192 **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela
193 irregularidade das contas, com aplicação de multa, e encaminhamento de cópia dos autos ao
194 Ministério Público Estadual (Acórdão nº 29.215). Presidência do Conselheiro Cezar Colares.
195 Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Aloísio Chaves e do Conselheiro Substituto
196 Alexandre Cunha. **Processo nº 1410012008-00; Prefeitura Municipal de Quatipuru;**
197 **Tomada de Contas - 2008 (Contas de Governo);** Responsável: Luiz Guilherme Alves Dias;
198 **Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator:**
199 **Conselheiro Sérgio Leão; Publicado no DOE nº 33.185, de 05.08.2016.** Cumprindo
200 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
201 manifestou-se pela emissão de parecer prévio pela irregularidade das contas, com o
202 encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em**
203 **discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: *"pela emissão de parecer prévio pela*
204 *irregularidade das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual"*.
205 **Em votação**: o Conselheiro Daniel Lavareda pediu VISTA dos autos. Os demais Conselheiros
206 aguardarão o retorno do processo para manifestação. Presidência do Conselheiro Cezar
207 Colares. Ausência por ocasião da votação, do Conselheiro Aloísio Chaves. **Processo nº**
208 **1410012008-00; Prefeitura Municipal de Quatipuru; Tomada de Contas – 2008**
209 **(Contas de Gestão);** Responsável: Luiz Guilherme Alves Dias; Instrução: 1ª Controladoria;
210 Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Sérgio Leão;
211 **Publicado no DOE nº 33.185, de 05.08.2016.** Retirado de Pauta. **Processo nº**
212 **1370022014-00; Câmara Municipal de Marituba; Prestação de Contas – 2014;**
213 Responsável: José Bonifácio Viana Barroso; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público:
214 Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda; **Publicado no DOE nº**
215 **33.185, de 05.08.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
216 posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas. A matéria foi
217 colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou
218 a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas (Acórdão nº
219 29.216). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, do
220 Conselheiro Aloísio Chaves. **Processo nº 1260022002-00; Câmara Municipal de Terra**
221 **Santa; Prestação de Contas – 2002;** Responsável: Iduilson Cavalcante Anequino;
222 Instrução: Auditora Elaine Zahluth Bastos; Ministério Público: Procuradora Geral Elisabeth
223 Salame da Silva; Relator: Conselheiro Alexandre Cunha; **Publicado no DOE nº 33.185, de**
224 **05.08.2016.** Retirado de Pauta. **Processo nº 784142009-00; Fundo Municipal de**
225 **Assistência Social de São João do Araguaia; Prestação de Contas – 2009;**
226 Responsável: Claudete Araújo Vieira (Secretário Municipal de Assistência Social); Instrução: 6ª
227 Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro
228 Aloísio Chaves; **Publicado no DOE nº 33.185, de 05.08.2016.** Cumprindo dispositivo



regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas, com recolhimento, e aplicação de multa. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: "*pela irregularidade das contas, com recolhimento, e aplicação de multas*". **Em votação**: os Conselheiros, Antonio José Guimarães, Sérgio Leão e Cezar Colares, e o Conselheiro Substituto Alexandre Cunha, acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia divergiu do Relator e votou pela regularidade das contas, com ressalvas, e recolhimento. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **por maioria**, decidiu pela irregularidade das contas, com aplicação de multas e, **à unanimidade**, pelo recolhimento da importância devida (Acórdão nº 29.217). Vencida a Conselheira Mara Lúcia. Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 140102008-00; Secretaria Municipal de Economia de Belém; Prestação de Contas - 2008**; Responsáveis: João Amaral Lima da Costa (01/01 a 08/07/2008) e Ociane Vasconcelos da Luz (09/07 a 31/12/2008); Instrução: Auditor Alcimar Lobato/6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves; **Publicado no DOE nº 33.185, de 05.08.2016**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas (Acórdão nº 29.218). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 1382012010-00; Secretaria Municipal de Educação e FUNDEB de Nova Ipixuna; Prestação de Contas - 2010**; Responsável: Sebastião Damascena Santos; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda; **Publicado no DOE nº 33.185, de 05.08.2016**. Retirado de Pauta. **Processo nº 1034092009-00; FUNDEB de São João de Pirabas; Prestação de Contas - 2009**; Responsável: Luciana Sousa de Queiroz; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº 33.185, de 05.08.2016**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº 29.219). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Aloísio Chaves. **Processo nº 201507186-00 (670012010-00); Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Arari; Pedido de Revisão** contra a decisão contida na Resolução nº 11.479 (Exame de Admissibilidade com pedido de efeito suspensivo) – **Contas de Governo**; Responsável: Marcelo José Beltrão Pamplona; Instrução: 1ª Controladoria;



267 Relator: Conselheiro Sérgio Leão; Advogada: Driele Bastos Mendes (OAB-Pa nº 25.329);
268 **Publicado no DOE nº 33.185, de 05.08.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o
269 Conselheiro Sérgio Leão submeteu ao Plenário preliminar de efeito suspensivo ao Pedido, nos
270 termos do Art. 272 do RI/TCM/Pa. A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência
271 proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu homologar o efeito suspensivo ao
272 Pedido de Revisão interposto (Resolução nº 12.623). Presidência do Conselheiro Cezar Colares.
273 **Processo nº 201507186-00 (670012010-00); Prefeitura Municipal de Santa Cruz do**
274 **Arari; Pedido de Revisão** contra a decisão contida no Acórdão nº 25.020 (Exame de
275 Admissibilidade com pedido de efeito suspensivo) – **Contas de Gestão**; Responsável: Marcelo
276 José Beltrão Pamplona; Instrução: 1ª Controladoria; Relator: Conselheiro Sérgio Leão;
277 Advogada: Driele Bastos Mendes (OAB-Pa nº 25.329); **DOE nº 33.185, de 05.08.2016.**
278 Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Sérgio Leão submeteu ao Plenário preliminar
279 de efeito suspensivo ao Pedido, nos termos do Art. 272 do RI/TCM/Pa. A matéria foi colocada
280 **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu
281 homologar o efeito suspensivo ao Pedido de Revisão interposto (Resolução nº 12.624).
282 Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201608652-00; Câmara**
283 **Municipal de Melgaço; Pedido de Revisão** contra a decisão contida no Acórdão nº 28.642
284 (Exame de Admissibilidade com pedido de efeito suspensivo); Responsável: Ivaldo Lacerda
285 Leão; Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Elisabeth Salame da
286 Silva; Relatora: Conselheira Mara Lúcia; Advogado: Rafael Ichiro Godinho Suzuki (OAB-Pa
287 20.328); **Publicado no DOE nº 33.185, de 05.08.2016.** Cumprindo dispositivo regimental,
288 a Conselheira Mara Lúcia submeteu ao Plenário preliminar de efeito suspensivo ao Pedido, nos
289 termos do Art. 272 do RI/TCM/Pa. A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência
290 proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu homologar o efeito suspensivo ao
291 Pedido de Revisão interposto (Resolução nº 12.625). Presidência do Conselheiro Cezar Colares.
292 Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Aloísio Chaves. **Processo nº 820022012-**
293 **00; Câmara Municipal de Soure; Pedido de Revisão** contra a decisão contida no Acórdão
294 nº 27.642, de 15.09.15 (Exame de Admissibilidade com pedido de efeito suspensivo);
295 Responsável: Ademar Cardoso Macedo; Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público:
296 Procuradora Geral Elisabeth Salame da Silva; Relatora: Conselheira Mara Lúcia; Advogado:
297 João Luis Brasil Batista Rolim de Castro (OAB-Pa 14.045); **Publicado no DOE nº 33.185, de**
298 **05.08.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, a Conselheira Mara Lúcia submeteu ao
299 Plenário preliminar de efeito suspensivo ao Pedido, nos termos do Art. 272 do RI/TCM/Pa. A
300 matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à**
301 **unanimidade**, decidiu homologar o efeito suspensivo ao Pedido de Revisão interposto
302 (Resolução nº 12.626). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da
303 votação, do Conselheiro Aloísio Chaves. **Processo nº 201415431-00; Fundo Municipal de**
304 **Saúde de Jacundá; Pedido de Revisão** contra a decisão contida no Acórdão nº 24.721, de



305 25.02.2014; Responsável: Eduardo da Silva Tuma; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério
306 Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda; **Publicado no**
307 **DOE nº 33.185, de 05.08.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público
308 ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e provimento
309 parcial do Pedido, afastando as multas aplicadas pela ausência do Parecer do Conselho
310 Municipal de Saúde de Jacundá e pelas falhas formais nos processos licitatórios, mas
311 mantendo a multa pela intempestividade na prestação de contas do 2º e 3º quadrimestres e
312 os demais termos do Acórdão nº 24.721/2014. A matéria foi colocada **em discussão.** O
313 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, à
314 **unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e provimento parcial do Pedido, com a reforma da
315 decisão pela regularidade das contas, com ressalvas, e a manutenção da multa anteriormente
316 aplicada referente a remessa intempestiva das prestações de contas do 2º e 3º quadrimestres
317 (Acórdão nº 29.220). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201603367-**
318 **00; Câmara Municipal de São Domingos do Capim; Pedido de Revisão - 2008;**
319 Responsável: Pedro Oliveira da Silva; Instrução: 7ª Controladoria; Ministério Público:
320 Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Substituto Alexandre Cunha;
321 Advogado/Contador: João Daibes de Campos Jr.; **Publicado no DOE nº 33.185, de**
322 **05.08.2016.** Retirado de Pauta. **Processo nº 201607401-00; Câmara Municipal de**
323 **Portel; Embargo de Declaração** contra a decisão contida no Acórdão nº 28.794/2016;
324 Responsável: Washington Jorge Rodrigues Barbosa; Instrução: 5ª Controladoria; Relator:
325 Conselheiro Daniel Lavareda; **Publicado no DOE nº 33.185, de 05.08.2016.** Retirado de
326 Pauta. **Processo nº 201116371-00 (170022007-00); Câmara Municipal de Bragança;**
327 **Embargos de Declaração** contra a decisão contida no Acórdão nº 29.089/16; Responsável:
328 Wallailson José Guimarães Pereira; Instrução: 5ª Controladoria; Relator: Conselheiro Daniel
329 Lavareda; **Publicado no DOE nº 33.185, de 05.08.2016.** Cumprindo dispositivo
330 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo
331 conhecimento e provimento parcial do Recurso. A matéria foi colocada **em discussão.** O
332 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, à
333 **unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e provimento parcial dos Embargos, para no mérito,
334 dar-lhe provimento parcial no tocante a omissão suscitada pelo embargante, aclarando o
335 Acórdão embargado, nos termos do voto do Relator (Acórdão nº 29.221). Presidência do
336 Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Aloísio Chaves.
337 **Processo nº 200303799-00 ; Secretaria Municipal de Infra Estrutura de Santarém;**
338 **Recurso de Reconsideração** contra a decisão contida no Acórdão nº 11.024, de
339 14.01.2003; Responsáveis: Joaquim Lira Maia e Jerônimo Pinto; Instrução: 5ª Controladoria;
340 Ministério Público: Procuradora Mara Lúcia Barbalho da Cruz; Relator: Conselheiro Daniel
341 Lavareda; **Publicado no DOE nº 33.185, de 05.08.2016.** Cumprindo dispositivo
342 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo



343 não conhecimento do Recurso, com aplicação de multa à Contratada. A matéria foi colocada
344 **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a
345 **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo não conhecimento do Recurso, com o
346 encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual, e a Prefeitura Municipal de
347 Santarém para a execução da dívida (Acórdão nº 29.222). Presidência do Conselheiro Cezar
348 Colares. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Aloísio Chaves. Com impedimento
349 da Conselheira Mara Lúcia que funcionou nos autos como Procuradora à época. **Processo nº**
350 **201600102-00; Secretaria Municipal de Saneamento e Secretaria Municipal de**
351 **Urbanismo de Belém; Recurso Ordinário** contra a decisão contida no Acórdão nº 27.705,
352 de 22.09.2015; Responsável: Natael Alves Cunha; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério
353 Público: Procuradora Geral Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda;
354 **Publicado no DOE nº 33.185, de 05.08.2016**. Cumprindo dispositivo regimental, o
355 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e
356 negativa de provimento do Recurso. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro
357 Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**,
358 decidiu pelo conhecimento e negativa de provimento do Recurso (Acórdão nº 29.223).
359 Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro
360 Aloísio Chaves. **Processo nº 750022009-00; Câmara Municipal de São Domingos do**
361 **Capim; Embargos de Declaração**; Responsável: Osni de Jesus da Silva Oliveira; Instrução:
362 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora: Conselheira
363 Mara Lúcia; **Publicado no DOE nº 33.185, de 05.08.2016**. Cumprindo dispositivo
364 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo
365 conhecendo dos presentes Embargos, assentou posicionamento pela manutenção das falhas
366 no Acórdão embargado, opinando, assim, pela manutenção da decisão consignada de não
367 aprovação da prestação de contas conhecimento e negativa de provimento do Embargo. A
368 matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora solicitou, em sede de preliminar,
369 incidente de Uniformização de Jurisprudência. **Em votação**: o Conselheiro Cezar Colares
370 pediu VISTA dos autos. Os demais Conselheiros aguardarão o retorno do processo para
371 manifestação Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, do
372 Conselheiro Aloísio Chaves. **Processo nº 201608121-00; Fundo Municipal de Saúde de**
373 **Almeirim; Embargos de Declaração - 2009**; Responsável: Abraão Correa Pantoja;
374 Instrução: 4ª Controladoria; Relator: Conselheiro Antônio José Guimarães;
375 Advogado/Contador: João Luis Brasil Batista Rolim de Castro; **Publicado no DOE nº 33.185,**
376 **de 05.08.2016**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
377 posicionamento dos autos e manifestou-se pelo não conhecimento dos Embargos. A matéria
378 foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência
379 proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo não conhecimento dos
380 Embargos (Acórdão nº 29.224). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por



381 ocasião da votação, do Conselheiro Aloísio Chaves. **Processo nº 201608123-00; Fundo**
382 **Municipal de Saúde de Almeirim; Embargos de Declaração - 2009;** Responsável:
383 Hiroto Masuyama; Instrução: 4ª Controladoria; Relator: Conselheiro Antônio José Guimarães;
384 Advogado/Contador: João Luis Brasil Batista Rolim de Castro; **Publicado no DOE nº 33.185,**
385 **de 05.08.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
386 posicionamento dos autos e manifestou-se pelo não conhecimento dos Embargos. A matéria
387 foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência
388 proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pelo não conhecimento dos
389 Embargos (Acórdão nº 29.225). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por
390 ocasião da votação, do Conselheiro Aloísio Chaves. **Processo nº 201406809-00; Fundo**
391 **Municipal de Saúde de Benevides; Recurso Ordinário** contra a decisão contida no
392 Acórdão nº 24.550/2014; Responsável: Edimauro Ramos de Faria; Instrução: 1ª Controladoria;
393 Ministério Público: Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE**
394 **nº 33.185, de 05.08.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou
395 seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e provimento parcial do
396 Recurso, com a manutenção da decisão recorrida. A matéria foi colocada **em discussão.** O
397 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à**
398 **unanimidade,** decidiu pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso para retirar a falha
399 referente ao descumprimento do Art. 77, § 3º do ADCT (EC 29/00), porém com a manutenção
400 da decisão recorrida nos seus demais termos (Acórdão 29.226). Presidência do Conselheiro
401 Daniel Lavareda. Ausência, por ocasião da votação, dos Conselheiros, Aloísio Chaves e Cezar
402 Colares. **Processo nº 201304353-00; Instituto de Previdência dos Servidores do**
403 **Município de Marabá; Aposentadoria - Portaria nº 003/13, de 11.01.13; Interessado:**
404 **Raimundo Ribeiro Feitosa; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator:**
405 **Conselheiro Antônio José Guimarães; Publicado no DOE nº 33.185, de 05.08.2016.**
406 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos
407 e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro
408 Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,**
409 decidiu pelo registro do Ato (Acórdão nº 29.242). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda.
410 Ausência, por ocasião da votação, dos Conselheiros, Aloísio Chaves e Cezar Colares. **Processo**
411 **nº 201606108-00 (430012010-00); Prefeitura Municipal de Maracanã; Pedido de**
412 **Revisão** contra a decisão contida na Resolução nº 11.688 (Exame de Admissibilidade com
413 pedido de efeito suspensivo) – **Contas de Governo;** Responsável: Agnaldo Machado dos
414 Santos; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº 33.185, de 05.08.2016.**
415 Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Sérgio Leão submeteu ao Plenário preliminar
416 de efeito suspensivo ao Pedido, nos termos do Art. 272 do RI/TCM/Pa. A matéria foi colocada
417 **em discussão.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu
418 homologar o efeito suspensivo ao Pedido de Revisão interposto (Resolução nº 12.627).



419 Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 430012010-00 (201606109-00);**
420 **Prefeitura Municipal de Maracanã; Pedido de Revisão** contra a decisão do Acórdão nº
421 **25.979 (Exame de Admissibilidade com pedido de efeito suspensivo) – Contas de Gestão;**
422 **Responsável: Agnaldo Machado dos Santos; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; Publicado no DOE**
423 **nº 33.185, de 05.08.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Sérgio Leão
424 submeteu ao Plenário preliminar de efeito suspensivo ao Pedido, nos termos do Art. 272 do
425 RI/TCM/Pa. A matéria foi colocada **em discussão.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O
426 Plenário, **à unanimidade,** decidiu homologar o efeito suspensivo ao Pedido de Revisão interposto
427 (Resolução nº 12.628). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201608767-00**
428 **(1040062008-00); Fundo Municipal de Assistência Social de Tailândia; Pedido de**
429 **Revisão** contra a decisão contida no Acórdão nº 25.723 (Exame de Admissibilidade com pedido de
430 efeito suspensivo); Responsável: Higia Maria Coelho Frota; Relator: Conselheiro Sérgio Leão;
431 Advogado: Mailton Marcelo Silva Ferreira (OAB/Pa nº 9.206); **Publicado no DOE nº 33.185, de**
432 **05.08.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Sérgio Leão submeteu ao Plenário
433 preliminar de efeito suspensivo ao Pedido, nos termos do Art. 272 do RI/TCM/Pa. A matéria foi
434 colocada **em discussão.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,**
435 decidiu homologar o efeito suspensivo ao Pedido de Revisão interposto (Resolução nº 12.629).
436 Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 344062011-00 (1040062008-00);**
437 **Fundo Municipal de Saúde de Inhangapi; Pedido de Revisão** contra a decisão contida no
438 Acórdão nº 24.580 (Exame de Admissibilidade com pedido de efeito suspensivo); Responsável:
439 José Ernandes Brito da Silva; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº 33.185,**
440 **de 05.08.2016.** Retirado de Pauta. **Processo nº 201603803-00; Prefeitura Municipal de**
441 **Ananindeua; Revogação de Medida Cautelar** concedida através do Acórdão nº 28.841/2016;
442 Responsável: Cláudia do Socorro Silva de Melo; Relator: Conselheiro Cezar Colares. Cumprindo
443 dispositivo regimental, o Conselheiro Relator submeteu ao Plenário revogação de Medida Cautelar
444 para deliberação do Tribunal Pleno, nos termos do inciso I, do Art. 146 do RI/TCM/PA. A matéria foi
445 colocada **em discussão.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,**
446 decidiu homologar a revogação de Medida Cautelar apresentada (Acórdão nº 29.277). Presidência
447 do Conselheiro Sérgio Leão. **MATÉRIA ADMINISTRATIVA: DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS.**
448 **PALAVRA DOS CONSELHEIROS e MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. ENCERRADA** a
449 presente Sessão, às treze horas e cinco minutos da qual foi lavrada a presente Ata. Secretaria
450 Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em nove de agosto de dois mil e
451 dezesseis.

Visto:

Robson Figueiredo do Carmo
Secretário Geral

Conselheiro Presidente **Cezar Colares**
Presidente da Sessão

Conselheiro Vice Presidente **Sérgio Leão**
Presidente da Sessão